

ATA 32ª REUNIÃO DO COMITÊ INTERSETORIAL DE SEGURANÇA HÍDRICA E GOVERNANÇA

Data: 28/08/2025 **Início:** 9h30min **Duração:** 1h30 min **Término:** 11h **Local:** Auditório IPECE

QUADRO DE PRESENÇA			
SETORIAIS	NOME	FUNÇÃO	PRESENÇA
COORDENAÇÃO UGP /IPF	Alice Helena da Silva Pinto Menezes	Coordenadora da UGP	PRESENTE
	André Morel Gonzaga	Consultor Individual	PRESENTE
	Giuseppe Furtado Nogueira	Consultor Individual	PRESENTE
	Laura Gonçalves Marques	Técnica	PRESENTE
	Rodrigo José Almeida Rufino	Consultor Individual	PRESENTE
	Fabiana Castro	Técnica	PRESENTE
	Thâmara Aragão Teixeira Fernandes	Técnica	PRESENTE
	Carlos Wagner Rios Pinto	Consultor Individual	PRESENTE
	Christina Bianchi	Consultor Individual	PRESENTE
ARCE	Marcio Venicius Ribeiro Carioca	Titular	AUSENTE
	Alexandre Caetano da Silva	Suplente	AUSENTE
	Marcelo Almeida	Representante	PRESENTE
CAGECE	Abigail Lino de Araújo	Titular	PRESENTE
	Neuma Maria Silva Buarque	Suplente	AUSENTE
	Ana Carolina Carvalho	Representante	PRESENTE
CGE	Marcos Henrique de C. Almeida	Titular	AUSENTE
	Ítalo José Brígido Coelho	Suplente	AUSENTE
SCIDADES	Thiago Campelo Nogueira	Titular	AUSENTE
	Carla Leite da Escóssia Abreu	Suplente	AUSENTE
	Rebeca Wilson	Representante	PRESENTE
	Vitor Ramos Bastos	Representante	PRESENTE
COGERH	Denilson Marcelino Fidelis	Titular	AUSENTE
	Sarah Furtado Freire	Suplente	PRESENTE
	Mikaelle Duarte	Representante	PRESENTE
	Anthony Maia	Representante	PRESENTE
	Marcílio Caetano	Representante	PRESENTE
	Paulo Miranda	Representante	PRESENTE
FUNCEME	Francisco Hoilton Araripe Rios	Titular	JUSTIFICADO
	Meiry Sayuri Sakamoto	Suplente	PRESENTE
IPECE	Cleyber Nascimento de Medeiros	Titular	AUSENTE
	Ana Cristina Lima Maia	Suplente	AUSENTE
SDE	Sílvia Carlos Ribeiro Vieira Lima	Titular	AUSENTE
	Hyperides Pereira de Macedo	Suplente	AUSENTE
SEPLAG	Francisco Adauto de Oliveira	Titular	AUSENTE
	Marcelo Correia Lima a Rocha	Suplente	AUSENTE
SRH	Adahil Pereira de Sena	Titular	AUSENTE
	Raimunda Helena de Lima Menezes	Suplente	AUSENTE
TCE	Liana Peixoto Brandão Bandeira	Titular	AUSENTE
	Luís Sávio Pires de Braga	Suplente	AUSENTE

INTRODUÇÃO

Às 9h30 do dia 28 de agosto de 2025, **Alice Menezes (UGP/IPECE)** : Iniciou a reunião agradecendo a presença de todos.

Alice Menezes (UGP/IPECE): Informou ainda que a reunião estava sendo gravada para elaboração da Ata e apresentou a pauta dos assuntos a serem tratados por meio de arquivo em *Power Point*,¹ conforme pauta abaixo:

1. Aprovação da Ata da 31ª Reunião do Comitê;
2. Informações Importantes;
3. Pontos Críticos da Execução: Diagnóstico, Riscos e Recomendações;
4. Gerenciamento Financeiro;
5. Atividades de Assistência Técnica;
6. Indicadores; e
7. Apresentação dos Resultados.

I. APROVAÇÃO DA ATA

Alice Menezes (UGP/IPECE): Indagou aos participantes se teriam comentários acerca do conteúdo da Ata da última reunião do Comitê, que foi encaminhada por e-mail no dia 23 de julho de 2025. Informou que as sugestões recebidas foram incorporadas à Ata. Como não houve objeções, a Ata foi aprovada por unanimidade.

II. INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Alice Menezes (UGP/IPECE): Informou os seguintes pontos:

1. Envio do Relatório de Desempenho do Projeto (14/08/2025) e Relatório de Gerenciamento Financeiro (IFR) (27/08/2025);
2. LOA 2026;
3. Auditoria TCE;
4. Parcela: CREDOR;
5. Alteração dos Membros do Comitê;
6. Revisão de Desempenho da Carteira 2025 (CPPR: *Country Portfolio Performance Review*): 30/09/2025 às 16h15; e
7. Missão do Banco Mundial: 20 a 24 de outubro de 2025.

Alice Menezes (UGP/IPECE): Informou que foi encaminhado o Relatório de Desempenho do Projeto que mostra o desempenho do Projeto de 1º de janeiro a 30 de junho. Ademais, foi encaminhado também o Relatório de Gerenciamento Financeiro - IFR que descreve os gastos do semestre.

Alice Menezes (UGP/IPECE): Destacou que as setoriais estavam em fase de elaboração da LOA para o exercício seguinte. Registrou que cabia ao comitê a responsabilidade de repassar as informações e verificar se as atividades no âmbito do Projeto seriam contempladas na LOA 2026, a fim de evitar a exclusão de ações e elementos de despesa.

Alice Menezes (UGP/IPECE): No ponto 3, referente à auditoria do TCE, registrou que o Tribunal de Contas do Estado encaminhou e-mails solicitando documentações relativas a aquisições e pagamentos a algumas setoriais, estando a equipe em acompanhamento e monitoramento. Registrou, também, que o TCE já havia se reunido ou solicitado esclarecimentos diretamente aos envolvidos. Informou, ainda, que o prazo estimado para conclusão do relatório preliminar é até 15 de setembro e que posteriormente seria agendada uma reunião para apresentação dos apontamentos, recomendações e achados, para a consolidação do relatório final, o qual deve ser encaminhado ao Banco até 30 de setembro.

Alice Menezes (UGP/IPECE): Colocou que houve uma recomendação da auditoria realizada em 2023, referente a uma parcela solicitada sem a indicação do credor e sem a devida vinculação ao Projeto. Esclareceu que, na geração da base de dados do sistema IFR, o TCE solicitou a identificação do credor. Os pagamentos em questão estavam relacionados às desapropriações realizadas na obra da SRH. Ressaltou que, no momento da solicitação, não era obrigatório informar o credor no sistema, mas que tal indicação facilitaria a auditoria do

TCE, já que, por não estar vinculada a um contrato, a parcela exigia identificação específica do beneficiário. Pontuou que, embora a informação estivesse disponível, não constava no sistema para envio direto ao Tribunal, o que exigia solicitações adicionais à SRH. Ressaltou, ainda, que essa prática poderia se tornar rotina também para parcelas vinculadas a contratos, recomendando que, sempre que possível, fosse informado o credor no momento da solicitação, mesmo que o sistema não apresentasse crítica. Destacou, por fim, a importância de vincular corretamente cada parcela do Projeto ao destino do recurso e ao respectivo credor, seja empresa ou consultor individual.

Alice Menezes (UGP/IPECE): Ressaltou que foi solicitado, por meio de ofício, a atualização da composição dos membros do comitê, a fim de verificar se permaneceriam os mesmos integrantes ou se haveria alterações. Destacou que essa prática era adotada justamente para evitar o esvaziamento das reuniões, situação que se verificava no momento, tendo em vista que muitos projetos já haviam sido encerrados, mas ainda era necessária a presença do quórum de executores vinculados aos projetos em andamento. Reforçou, assim, a solicitação de confirmação quanto à permanência ou substituição dos membros. Orientou que, na impossibilidade de comparecimento do titular, fosse enviado o suplente; caso este também não pudesse comparecer, deveria ser indicado um técnico com conhecimento sobre os projetos e atividades, de modo a garantir a atualização das discussões em cada reunião do Comitê.

Alice Menezes (UGP/IPECE): Registrou que em setembro ocorrerá a revisão de carteira que é realizada anualmente. Em 2023, o evento aconteceu em Fortaleza; em 2024, em Salvador; e, no ano em curso, será novamente em Fortaleza. Informou que a apresentação do Projeto IPF será no dia 30 de setembro, às 16h15. Acrescentou que a UGP encaminhou para os participantes o e-mail com o link do formulário de inscrição, no qual cada participante deverá informar o nome completo, a setorial e a forma de participação no Projeto, além de selecionar os eventos de interesse, inclusive visitas de campo.

Alice Menezes (UGP/IPECE): No último ponto informou que a próxima missão do Banco será realizada de 20 a 24 de outubro. Informou ainda que o Banco está financiando um novo Projeto no Complexo do PECÉM, na área de hidrogênio verde, envolvendo diversas intervenções, incluindo a ampliação do Porto e outras ações correlacionadas e que caso alguém tenha interesse em participar da visita de campo, informações adicionais podem ser fornecidas posteriormente.

III. PONTOS CRÍTICOS DA EXECUÇÃO: Diagnóstico, Riscos e Recomendações

Quadro 1 - Pontos Críticos Ajuda Memória BM - 2025

Item	Avaliação (abr/2025)
Objetivo de Desenvolvimento (PDO)	Moderadamente Satisfatório
Implementação (IP)	Moderadamente Insatisfatório
Contrapartida	Moderadamente Insatisfatório
Gestão Financeira	Satisfatória
Salvaguardas	Moderadamente Satisfatório
Término do Projeto	31 de dezembro de 2026

Fonte: UGP/IPECE

Wagner Rios (UPG/IPECE): Pontuou que o Projeto se encontra em fase de finalização, sendo necessário concentrar esforços nos pontos críticos da implementação, a fim de assegurar os resultados pactuados no Contrato de Empréstimo. Ressaltou que não seria adequado encerrar o programa com uma avaliação negativa e que será necessário buscar todo o apoio possível para alcançar uma classificação mais favorável. Enfatizou que a responsabilidade envolve todas as partes: as setoriais parceiras, os coordenadores, o governo do Estado em sua relação com o Banco Mundial e, também, na interlocução com o governo federal. Destacou, por fim, que, por se tratar de um Projeto financiado pelo Banco Mundial, eventual avaliação negativa poderia prejudicar futuras negociações e financiamentos.

Wagner Rios (UGP/IPECE): Com relação ao último item do Quadro 1, ressaltou que o Projeto se encontra atualmente em fase avançada de execução, e que o papel crucial do Comitê nesse momento é discutir os pontos críticos e estruturais do Projeto, tais como os pontos descrito no Quadro 2.

Quadro 2 - Diagnóstico, Riscos e Recomendações

Ponto Crítico	Execução	Risco	Recomendações	Ações Realizadas	Ações a realizar
Contrapartida	SRH, SEPLAG, UGP	A classificação do Projeto poderá ser rebaixada.	Valor total previsto para 2025 é de R\$ 90 milhões	R\$ 30 milhões já deliberados pelo COGERF.	Existe nova solicitação de R\$ 40 milhões ao COGERF. (Liberados para 2025.2).
PGS Setores 2 e 3	SRH	N/A	Envio do Documento Revisado	Documento está sendo revisado pela SRH, CAGECE e UGP.	Envio do Documento Revisado.
PSRI Setor 2 e 3	SRH	Impossibilidade legal de iniciar obras.	Validar com PGE (Setor 3) e resolver pendências fundiárias (Setor 2).	SETOR 2: Relatório de Implementação a ser enviado ao Banco. SETOR 3: Consulta Pública em 05/08/2025. Lei e Decreto de desapropriação publicados. Áreas privadas em processo de negociação com a SRH.	Validar com PGE (Setor 3) e resolver pendências fundiárias (Setor 2).
Contratação Plano de Segurança das Barragens.	COGERH	Ações corretivas formais por parte do BIRD por descumprimento de cláusula contratual.	Acompanhar junto à PGE e garantir o cumprimento do plano de ação acordado com o Banco.	Sessão Pública de Recebimento de Propostas (Técnica e Financeira) realizada no dia 08/08. Relatório de Avaliação Técnica em análise na UGP.	
DMC's: Próximos Pagamentos.	CAGECE	N/A	N/A	N/A	N/A
SOCIOAMBIENTAL Atividades Pós Obra.	CAGECE	Não validação do recebimento das obras.	Atualização dos relatórios mensais	Análise de todas as atividades realizadas durante a obra.	Aguardando os relatórios mensais para analisar as atividades.
PAPER _ Lições Aprendidas (lote 1).	CAGECE	N/A	N/A	Em elaboração pela equipe	N/A
Pesquisas Domiciliares SAB-SC	IPECE	Falha na avaliação de impacto e nos PDO's sociais.	Realizar a licitação com antecedência	N/A	Fazer cronograma e garantir execução T2(25) e T3 (20).
PAAES Prazo de Execução	SCIDADES	Atividade pode ser considerada uma despesa não elegível	Acompanhamento estreito entre contratado e contratante	-	Celeridade na aprovação dos Produtos.

Fonte: UGP/IPECE

Wagner Rios (UGP/IPECE):

Destacou que um dos temas amplamente debatidos tem sido a contrapartida, inicialmente estabelecida em R\$ 90 milhões para a obra da SRH. Até abril, durante a última missão, haviam sido deliberados R\$ 30 milhões e que após negociações entre a SRH, a SEPLAG e a UGP, houve a liberação de mais R\$ 40 milhões, distribuídos da seguinte forma: R\$ 10 milhões em agosto, R\$ 10 milhões em outubro, R\$ 10 milhões em novembro e R\$ 10 milhões em dezembro.

Christina Bianchi (UGP/IPECE): Abordou os pontos críticos referentes ao aspecto socioambiental. Sobre o PGS (SRH) destacou que o Setor 1 está sendo finalizado, mas foram identificadas necessidades de melhoria, motivo pelo qual o documento está sendo atualizado para o Setor 2 e 3. Ressaltou que o Plano deve ser aprovado pelo Banco antes de nova disponibilização e execução. Foi observado que no Setor 1, determinadas atividades deixaram de ser executadas de forma adequada, o que levou à proposição de ajustes e à revisão de indicadores. Pontuou que a continuidade da obra é possível devido à existência de um PGS anterior já aprovado, o que evitava a paralisação.

Christina Bianchi (UGP/IPECE): Em relação ao Plano Simplificado de Reassentamento (PSRI), registrou que as aéreas do Setor 2 estão em processo de negociação conduzido pela SRH, com parte dos casos resolvidos e outros passíveis de judicialização, estando o processo em fase de conclusão. Ressaltou que não será possível avançar sem a autorização prévia dos proprietários e validação pela Procuradoria Geral do Estado - PGE, que já estava em andamento com apoio da SRH. Ainda pontuou que há a necessidade de resolução de seis processos judicializados no Setor 2, e a situação fica fora do controle da SRH e da UGP. Ressaltou que a continuidade da obra nessas áreas dependia da solução dessas questões, enquanto nas demais frentes o andamento permanecia

regular. Quanto ao PSRI do Setor 3, informou que já houve a Consulta Pública e iria começar a fase de negociação.

Giuseppe Nogueira (UGP/IPECE): Sobre a contratação dos Planos de Segurança das Barragens Banabuiú e Gavião, informou que o primeiro contrato não obteve êxito na execução e que o processo seguia em nova contratação. Comunicou que, no dia 8, foi aberta a proposta técnica e, no dia anterior, recebeu-se a primeira versão do relatório da COGERH, cuja resposta a UGP deve encaminhar no prazo máximo de 2 dias. Ressaltou a expectativa de concluir o processo de seleção e firmar o contrato no início de outubro, de modo a permitir a execução dos produtos dentro da vigência do Contrato de Empréstimo.

Mikaelle Duarte (COGERH): Complementou que a empresa havia entendido que teria que se adequar aos 12 meses de prazo, mas ressaltaram que seria desafiador.

Alice Menezes (UGP/IPECE): Informou que, em relação aos pagamentos dos DMC's, já haviam sido realizados alguns aportes e que ainda tem saldo na conta da CAGECE a ser executado. Pontuou que a última solicitação de aporte havia sido recebida, mas só poderá ser contemplada após a internalização do desembolso do 2º semestre. Após isso, a CAGECE deverá dar continuidade ao contrato utilizando recursos próprios, conforme acordado previamente.

Christina Bianchi (UGP/IPECE): Destacou a importância da atuação da área social nas atividades pós-obra nos dois lotes dos DMC's, especialmente nessa fase de performance. Ressaltou que o contato próximo com a comunidade é uma recomendação recorrente do Banco.

Ana Carolina Carvalho (CAGECE): Confirmou que a equipe social continuava desenvolvendo atividades voltadas ao público, com foco no período pós-obra, incluindo visitas e pesquisas de satisfação para avaliar a receptividade da população. Além disso, informou que ainda restavam testes de estanqueidade a serem realizados em alguns setores, os quais estavam sendo devidamente comunicados à comunidade. Registrou-se que tais atividades eram conduzidas pelas equipes das empresas contratadas.

Giuseppe Nogueira (UGP/IPECE): Destacou que a equipe social da CAGECE é reconhecida como forte e que devem manter suas atividades até o encerramento do contrato, visto que fazem parte do escopo estabelecido. Confirmou-se, ainda, que o ATO permaneceria em funcionamento até o final, especialmente na área social.

Giuseppe Nogueira (UGP/IPECE): Informou sobre o acordado com o Banco, considerando a recente implantação dos Projetos de redução de perdas no Brasil, em especial no Nordeste da elaboração de um documento, denominado *Paper*, reunindo aspectos positivos identificados na execução desse tipo de contrato. No momento o documento está sendo revisado pelo Banco.

Thâmara Teixeira (UGP/IPECE): Esclareceu sobre a realização do último aporte destinado à CAGECE e após o qual a Companhia passaria a executar as ações com recursos próprios. Destacou que o Projeto e o monitoramento financeiro permanecerão em andamento até o encerramento, mesmo com a utilização de recursos próprios, conforme solicitação da auditoria do banco e do TCE. Ressaltou que a CAGECE deve manter a prestação de contas junto à UGP, a fim de possibilitar o devido reporte ao Banco até a conclusão do Projeto.

Wagner Rios (UGP/IPECE): Informou que o Projeto previu a realização de Pesquisas Domiciliares, voltadas, entre outros aspectos, à avaliação do nível de satisfação da população beneficiada com o fornecimento de água pelo Estado. Destacou que a execução dessa etapa encontrava-se em fase de planejamento, mas ainda havia pontos a serem confirmados junto ao Estado quanto à sua viabilidade. Ressaltou, por fim, tratar-se de um tema específico relacionado ao abastecimento de água.

Rebeca Wilson (CIDADES): Esclareceu que as visitas ocorreram em duas etapas. A primeira foi concluída, e a segunda encontra-se em fase de finalização até o fim do mês, estando as equipes em campo acompanhadas pelos engenheiros da COSAN. Informou o recebimento o diagnóstico socioambiental, o material foi avaliado e disponibilizado à comissão, de modo que todos os membros pudessem apresentar contribuições dentro do prazo estabelecido, encerrado na última sexta-feira. No momento, estava em consolidação das contribuições para encaminhamento à empresa, a fim de subsidiar a primeira etapa de revisão.

Rebeca Wilson (CIDADES): Ainda sobre a atividade 'Elaboração do Plano Estadual de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Ceará (PAAES) e Planos Correlatos' destacou que, após a conclusão das

visitas, a empresa iniciaria o diagnóstico técnico, cujo produto seria posteriormente validado. Ressaltou a expectativa de cumprimento do prazo definido. Informou ainda que todas as informações relativas ao Plano estavam publicadas na página da Secretaria das Cidades e que a pauta já estava sendo organizada para apresentação no grupo de trabalho do saneamento no mês seguinte. Ademais, comunicou que a primeira parcela dos produtos havia sido finalizada e que os pagamentos subsequentes ocorreriam à medida que as entregas forem realizadas. Registrou, por fim, que o consultor Wladimir elaborou o Projeto de lei vinculado ao PAAES, o qual deveria ser submetido a consulta e audiência pública que deverá ocorrer em setembro.

IV. GERENCIAMENTO FINANCEIRO

Tabela 1: Saldo da Conta Operativa em agosto 2025 (R\$)

VALOR DESEMBOLSADO EM REAIS	625.435.222,11
VALOR EXECUTADO ATÉ 26/08/2025	584.412.172,92
SALDO DESEMBOLSADO A EXECUTAR	41.023.049,19

Fonte: UGP/IPECE

Thâmara Teixeira (UGP/IPECE): Informou que até o momento ocorreram 14 desembolsos, restando ainda o valor de 21.750.425,69 dólares a ser liberado, correspondente a 15% do montante do empréstimo. Informou ainda que o saldo da conta operativa é de 41 milhões de reais e que já haviam sido executados 584 milhões de reais. Do total desembolsado, 94% foram aplicados, permanecendo 6% a executar.

Quadro 3: Desembolsos X Empenhos (R\$).

PERÍODO	DESEMBOLSADO	SALDO INTERNALIZAÇÃO	EMPENHADO	SALDO FINANCEIRO ACUMULADO
2020	8.177.297,92	8.177.297,92	2.420.219,32	5.757.078,60
2021	13.013.218,72	18.770.297,32	12.675.205,32	6.095.092,00
2022	84.524.326,79	90.619.418,79	74.831.894,00	15.787.524,79
2023	65.386.901,37	81.174.426,16	79.209.021,96	1.965.404,20
2024	355.888.901,50	357.854.305,70	337.888.788,61	19.965.517,09
2025	98.444.575,80	118.454.666,96	117.689.177,04	765.489,92
AMORTIZAÇÕES				37.950.925,56
SALDO LIVRE PRA EMPENHO				38.716.415,48
VALORES EMPENHADOS E NÃO PAGOS				2.306.633,71
SALDO - CONTA BANCÁRIA				41.023.049,19

Fonte: UGP/IPECE.

Thâmara Teixeira (UGP/IPECE): Destacou que, anualmente, os desembolsos realizados são somados ao saldo financeiro acumulado e diminuído do valor empenhado no exercício. Informou que, em relação à obra, havia sido realizado um adiantamento, o qual gerava amortizações que eram posteriormente devolvidas à conta do Projeto. Até aquele momento, havia o montante de 41 milhões de reais em conta. Ressaltou ainda que havia 2,3 milhões de reais empenhados e não pagos, correspondentes a restos a pagar de 2024 e a valores empenhados no exercício corrente, que aguardavam pagamento. Dessa forma, o saldo livre para empenho é de cerca de 38 milhões de reais.

Quadro 4: Sumário: LOA, Empenhos e Pagamentos 2025 em (R\$).

SETORIAL	LEI + CRÉDITO	VALOR EMPENHADO	SALDO (A) : (B)	% (B)/(A)
ARCE	304.000,00	172.257,80	131.742,20	56,66%
CAGECE	15.718.711,26	1.256.536,89	14.462.177,37	7,99%
CGE	10.000,00	-	10.000,00	0,00%
FUNCME	115.000,00	34.669,05	80.330,95	30,15%
IPECE	2.277.530,71	1.698.108,99	579.421,72	74,56%
SCIDADES	2.010.132,00	9.003,48	2.001.128,52	0,45%
SEPLAG	57.932,00	-	57.932,00	0,00%
SRH	192.656.854,86	112.095.846,69	80.561.008,17	58,18%
COGERH	7.330.000,00	2.422.757,14	4.907.242,86	33,05%
TCE	-	-	-	-
TOTAL	220.480.160,83	117.689.177,04	102.790.983,79	53,38%

Fonte: UGP/IPECE.

Thâmara Teixeira (UGP/IPECE): Em relação à LOA de 2025, registrou que as setoriais dispuseram o valor de cerca de 220 milhões de reais. Informou que, desse montante, haviam sido empenhados em torno de 117 milhões de reais, restando um saldo de pouco mais de 102 milhões de reais a ser empenhado. Destacou que 53% da LOA já havia sido empenhada, representando mais da metade do total previsto.

Quadro 5: Valores Empenhados e não executados 2025 em (R\$).

SETORIAL	CONTRATOS	EMPENHADO	PAGO	SALDO
FUNCEME	Jean-Michel Albert Martinez	206.818,84	170.196,18	36.622,66
	Squitter Equipamentos Profissionais do Brasil Ltda	6.900.636,78	5.367.161,94	1.533.474,84
TOTAL		7.107.455,62	5.537.358,12	1.570.097,50

Fonte: UGP/IPECE.

Thâmara Teixeira (UGP/IPECE): Sobre os restos a pagar empenhados em 2024, registrou que restava a pendência da FUNCEME, referente ao contrato do consultor Jean-Michel e ao da empresa Squitter, no valor total de R\$ 1.570.000,00.

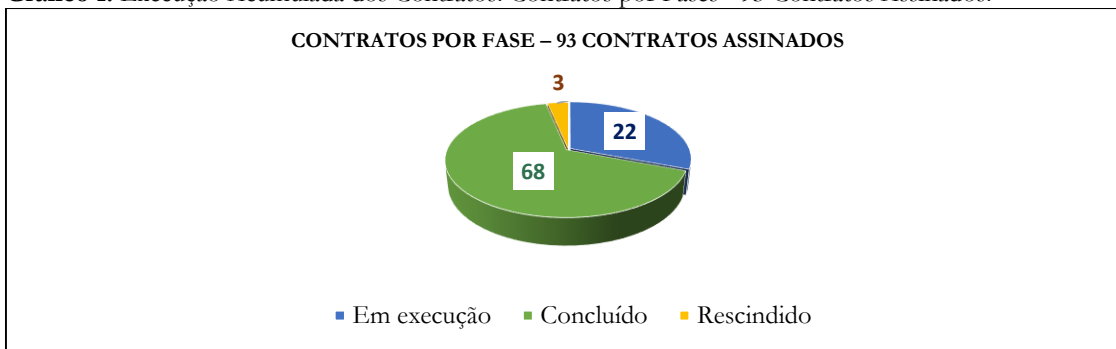
Meiry Sakamoto (FUNCEME): Registrou que o consultor Jean-Michel entregou todos os produtos contratados. O produto final foi analisado pela equipe, que solicitou alguns ajustes pontuais, os quais estavam em fase de execução. Destacou a expectativa de que todos os pagamentos fossem realizados dentro do prazo. Em relação à empresa Squitter, esclareceu que as fases do Projeto não se limitavam à instalação e ao funcionamento dos equipamentos, incluindo também a etapa de operação assistida, prevista para durar 90 dias.

Quadro 6: LOA: Previsão de Gastos 2026

SETORIAL		AÇÃO		ELEMENTO DESPESA	LEI	
Secretaria Dos Recursos Hídricos	11541	Regulação de Uso dos Recursos Hídricos (IPF - COMP. I).		449035	6.177.000,00	
	11454	Implantação do Projeto Malha D'água - Sistema Banabuiú - Sertão Central (IPF - COMP I).		449051	Obra -Bird	40.307.528,99
					Obra Tesouro	128.020.358,47
					Engenheiro	12.826.841,33
	11501	Realização de Ações Complementares para Implantação do Projeto Malha D'água - Sistema Banabuiú - Sertão Central (IPF - COMP. I).		449035	507.018,81	
449047					101.403,76	
VALOR TOTAL SRH					187.940.151,36	
Secretaria Das Cidades	11105	Gerenciamento, Fiscalização e Assessoria Técnica da Obra de Controle de Perdas no Município de Fortaleza (Projeto de Segurança Hídrica e Governança).		449035	1.805.933,21	
	11177	Elaboração de Plano Estadual de Saneamento Básico (IPF-COMP III).		449035	5.168.931,29	
VALOR TOTAL CIDADES					6.974.864,50	
VALOR BIRD					66.894.657,39	
VALOR TESOURO					128.020.358,47	
VALOR TOTAL 2026					194.915.015,86	

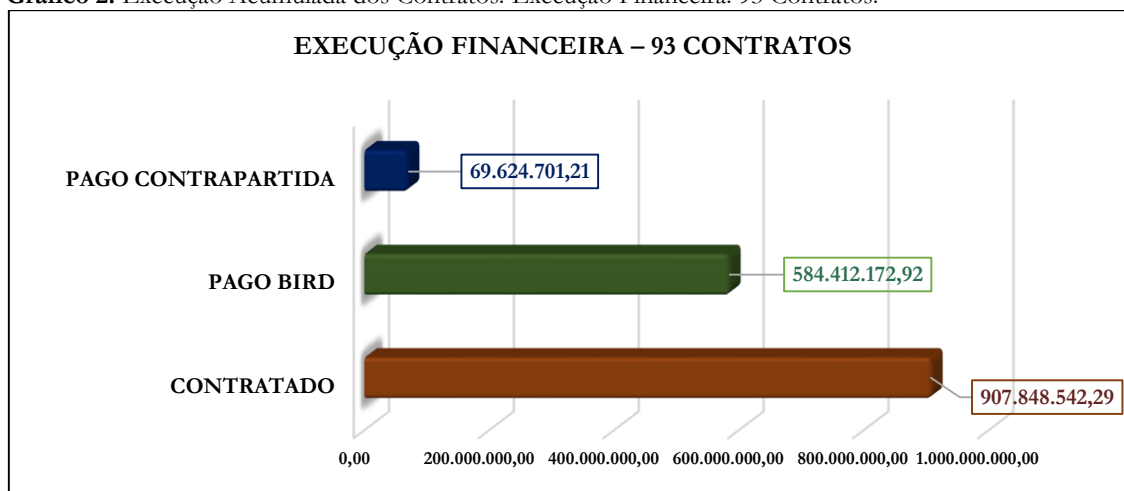
Thâmara Teixeira (UGP/IPECE): Registrou-se que, conforme mencionado pela Alice, as setoriais estavam elaborando as previsões de gastos para LOA 2026, referentes às ações do Projeto. Destacou-se que as duas setoriais com ações a serem monitoradas até 2026 são a SRH e Cidades. Informou-se que, no IPECE já havia sido realizado a conciliação dos valores. Esclareceu que a coluna da lei apresentada continha os valores identificados pela UGP como necessários para a conclusão dos contratos em vigência até 2026. Definiu como encaminhamento que as setoriais verificassem a adequação dos valores, com prazo até o dia seguinte. Ressaltou ainda que o valor total previsto para 2026 correspondia a R\$ 194 milhões, incluindo a obra e a contrapartida.

Gráfico 1: Execução Acumulada dos Contratos: Contratos por Fases - 93 Contratos Assinados.



Fonte: UGP/IPECE

Gráfico 2: Execução Acumulada dos Contratos: Execução Financeira: 93 Contratos.



Fonte: UGP/IPECE.

Thâmara Teixeira (UGP/IPECE): Ressaltou que até o momento foram firmados 93 contratos, destes, 68 foram concluídos, 22 estão em fase de execução e 3 foram rescindidos. Registrou que, até o momento, a execução financeira do Projeto apresentou os seguintes valores: foram pagos R\$ 69 milhões de contrapartida, R\$ 584 milhões provenientes da fonte do Projeto e aproximadamente R\$ 907 milhões em valores contratados.

V. ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Figura 1: Visão Geral das Atividades do Componente I - SRH



Fonte: UGP/IPECE.

Quadro 7: Aumento da Segurança Hídrica - SRH

Nº	Método	Atividades	Status
1	Obras	Sistema Adutor Banabuiú - Sertão Central. <i>Há Indicador associado</i>	Contrato nº 01/PSGH/SRH/CE/2022 em Execução - CONSÓRCIO ÁGUAS DO SERTÃO.
2	Consultoria	Serviços de Engenharia Consultiva para Gerenciamento, Fiscalização e Assessoria Técnica da Obra de Implantação do Sistema Adutor Banabuiú - Sertão Central. <i>Há Indicador associado</i>	Contrato nº 02/PSGH/SRH/CE/2022 em Execução - CONSÓRCIO TPF ENGENHARIA LTDA / KL SERVIÇOS DE ENGENHARIA S/A.
3	Consultoria Individual	Prestação de Serviços de Pessoa Física para Proposição de um Modelo de Gestão para o Sistema Adutor Banabuiú-Sertão Central (SAB-SC).	Contrato nº 01/PSHG/SRH/CE/2024 em Execução: WLADIMIR ANTÔNIO RIBEIRO
4	Consultoria Individual	Painel de Especialistas para as Barragens Banabuiú e Gavião: Especialista em Geotecnia. <i>Há Indicador associado</i>	Contrato nº 01/PSGH/SRH/CE/2023 em Execução: MANOEL DE SOUZA FREITAS JÚNIOR
5	Consultoria Individual	Painel de Especialistas para as Barragens Banabuiú e Gavião: Especialista em Hidromecânica. <i>Há Indicador associado</i>	Contrato nº 03/SRH/CE/2020 em Execução: JOÃO CARLOS BRITO DE SOUZA
6	Consultoria Individual	Painel de Especialistas para as Barragens Banabuiú e Gavião: Especialista em Hidrologia. <i>Há Indicador associado</i>	Contrato nº 02/PSGH/SRH/CE/2024 em Execução - PEDRO ANTÔNIO MOLINAS

Giuseppe Nogueira (UGP/IPECE): Iniciou sua fala pelos contratos vigentes da SRH. Informou que seria necessário realizar aditivos para acréscimo de honorários dos consultores do Painel, a fim de apoiar a elaboração e análise dos produtos dos Planos de Segurança de Barragem.

Giuseppe Nogueira (UGP/IPECE): Destacou que, com a inauguração do Setor 1, já foi possível modificar a população atendida, conforme mapa apresentado. Ressaltou que Sistema Adutor encontra-se em fase de operação assistida, conduzida pelo Empreiteiro com participação da equipe da CAGECE, que está em processo de treinamento. Comunicou que a entrega de água já ocorre em 9 localidades, ainda que de forma não totalmente satisfatória, devido a problemas de energia, questões técnicas e alguns vazamentos. Informou que a expectativa é de que a operação assistida do Setor 1 se estenda até meados de outubro, e, estando as condições adequadas, a obra passaria oficialmente para a operação da CAGECE. Por fim, registrou que havia sido emitida, há cerca de 30 a 40 dias, portaria designando formalmente a CAGECE como operadora provisória de todo o SAB-SC, até que fossem implementadas todas as soluções necessárias.

Giuseppe Nogueira (UGP/IPECE): Registrou que em 25 de agosto, ocorreu evento promovido pela CAGECE (Alinhamento sobre a operação do SAB-SC do Programa Malha D'água), que contou com a

participação de prefeitos de municípios já envolvidos no Projeto, incluindo Pedra Branca, Milhã, Banabuiú e outros, especialmente aqueles que ainda não tinham operação pela companhia. Informou que as discussões vinham sendo conduzidas diretamente pela equipe técnica da CAGECE e que o Projeto também apoiava o Arranjo Institucional, em articulação com consultor contratado pela SRH, para a elaboração dos contratos de interdependência necessários aos municípios que optem por não migrar para a operação da companhia.

Giuseppe Nogueira (UGP/IPECE): Destacou o apoio dos comitês técnicos das microrregiões, ressaltando que a portaria publicada resultou de deliberação nesses espaços. Comunicou, ainda, que a consulta pública está agendada para ocorrer entre os dias 1º e 9 do mês seguinte, disponibilizando todo o material legal produzido para apreciação. Informou, por fim, que, após esse período, será aberto prazo adicional de 15 dias, seguido da realização da audiência pública e, posteriormente, da discussão de todo o colegiado da microrregião. Ressaltou a necessidade de envolver a ARCE nas discussões antes da formalização do arranjo definitivo. Informou que o processo já se encontrava em andamento e que os encaminhamentos vinham sendo conduzidos dentro do percurso adequado.

Paulo Miranda (COGERH): Pontuou que o setor de medição da CAGECE é robusto e que os erros já estavam identificados, cabendo, portanto, ao gestor dialogar com os setores responsáveis para viabilizar os ajustes necessários. Acrescentou que a concepção de engenharia exigia condições mínimas para a execução, mas que, em determinados casos, foram feitos adendos sem a devida análise técnica. Pontuou que a implantação de concessionária, em alguns municípios, em vez de reduzir custos poderia, ao contrário, elevá-los. Ademais, destacou que havia problemas relacionados à injeção de água bruta e à custódia da água, e que não seria viável retirar água em larga escala dos açudes sem medição qualificada. A equipe busca agir de forma proativa, sem caráter de fiscalização, limitando-se a realizar visitas, identificar problemas e sugerir encaminhamentos. Por fim, informou que os apontamentos feitos pela equipe coincidiam com os que a própria CAGECE apresentava em suas análises, sobretudo em relação ao setor de medição.

Giuseppe Nogueira (UGP/IPECE): Afirmou compreender a necessidade de formalização. Sugeriu a busca de contato com a gestão do contrato na SRH, por meio do setor responsável. Declarou que estava registrando as observações e reforçou que não caberia à equipe solucionar de imediato os problemas levantados, mas sim apontá-los para que fossem resolvidos na etapa adequada. Concluiu enfatizando que a resolução das pendências deveria ocorrer no momento atual, considerando sua relevância.

Giuseppe Nogueira (UGP/IPECE): Convidou a todos para assistirem a um vídeo transmitido no evento da Inauguração do Sistema Adutor.

Figura 2: Mapa de Avanço Físico da Obra



Figura 3 - Visão Geral das Atividades do Componente II - CAGECE



Fonte: UGP/IPECE.

Quadro 8 - Melhoria da Eficiência dos Serviços de Água - CAGECE

Nº	Método	Atividades	Status
1	Obras	Controle e Redução de Perdas na Região Metropolitana de Fortaleza por Setores Hidráulicos (01 a 06). <i>Há Indicador associado</i>	Lote I: Contrato nº 0093/2023 em Execução – CONSÓRCIO FLORESTA E EXPEDICIONÁRIOS.
			Lote II: Contrato 0059/2023 em Execução – CONSÓRCIO TELAR-ENORSUL-BBL.
2	Consultoria	Serviços de Engenharia Consultiva para Gerenciamento, Fiscalização e Assessoria Técnica da Obra de Controle de Perdas no município de Fortaleza. <i>Há Indicador associado</i>	Contrato nº 051/2023 em Execução – CONSÓRCIO IGNEO INGENIERÍA SOSTENIBLE, S.L., NIP GLOBAL LTDA e CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S.A.
3	Consultoria	Consultoria para Revisão do Modelo de Gestão Estratégica e de Negócio e Melhoria do Desempenho Empresarial da CAGECE.	Contrato nº 145/2022 em Execução – INSTITUTO PUBLIX PARA O DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA S/S LTDA.

Fonte: UGP/IPECE.

Ana Carolina Carvalho (CAGECE): Informou que o Projeto se encontra na fase 3, referente à apuração de performance. Explicou que a equipe acompanha e monitora os resultados das contratadas em relação às metas de redução de volume perdido. Relatou que o Lote 1 (Floresta e Expedicionários), setor Hidráulico, apresentou performance entre 100% e 120%, superando as metas estabelecidas. Em contrapartida, o Lote 2, (Aldeota e Vila Brasil), alcançou média de 85%. Acrescentou que, em conjunto com o consórcio, estava sendo elaborado um plano de ação para melhorar os resultados, com a expectativa de alcançar entre 100% e 120%. Destacou tratar-se de uma situação vantajosa para ambas as partes, uma vez que a redução do volume perdido gera benefícios tanto para a contratada quanto para a contratante. Informou que, no dia anterior, o consórcio apresentou uma prévia do plano de ação, sobre a qual a equipe sugeriu melhorias. Reforçou a expectativa de alcançar melhores resultados nos próximos meses. Ressaltou que o contrato possui vigência de 24 meses de performance, com término previsto para o primeiro trimestre de 2027.

Giuseppe Nogueira (UGP/IPECE): Convidou a todos para assistirem ao vídeo institucional dos DMC's.

Figura 4 - Fortalecimento da Gestão do Setor Público



Fonte: UGP/IPECE.

Quadro 9 – Fortalecimento da Gestão do Setor Público - ARCE

Nº	Método	Atividades	Status
1	Consultoria	Melhoria de Processos de Controle, Fiscalização e Certificação de Informações para Regulação dos Serviços de Saneamento Básico.	Contrato nº 25/2024/ARCE em Execução – MBS ESTRATÉGIAS E SISTEMAS LTDA. Vigência: 10/2025

Fonte: UGP/IPECE.

Marcelo Almeida (ARCE): Registrou que a execução contempla a aquisição de dois produtos e que o terceiro está em processo de entrega pela contratada MBS, com reunião prevista para o dia seguinte. Informou que o produto P3 foi entregue e passou por revisão, tendo sido devolvido para ajustes e visualizações adicionais. Ademais, ressaltou que será necessária a solicitação de aditivo, incluindo o envio de um novo cronograma, com prorrogação do prazo até dezembro do segundo ano, sem repercussão financeira.

André Morel (UGP/IPECE): Solicitou que a documentação para elaboração do aditivo fosse remetida a UGP para análise e emissão de Anuência.

VI. INDICADORES

Quadro 10: Sumário de Metas.

CUMPRIDAS	A CUMPRIR		TOTAL*
	2025	2026	
22	2	13	37

Fonte: UGP/IPECE.

Obs.: * Espera-se que 65% das metas estejam cumpridas até dezembro de 2025;

** As metas com maior risco de atraso estão relacionadas ao Sistema Adutor Banabuiú-Sertão Central que serão cumpridas apenas no último ano do Projeto.

Wagner Rios (UGP/IPECE): Registrou que, para acompanhamento do Projeto, o Banco utiliza uma matriz de resultados composta por 20 indicadores, gerando 37 metas. Informou que, até o momento, 22 dessas metas já haviam sido cumpridas. Ressaltou que as setoriais possuem metas definidas e que o progresso dessas metas é reportado gradualmente ao Banco.

Quadro 11: Metas Cumpridas.

SETORIAL	INDICADOR	METAS (INTERMEDIÁRIAS E FINAL)	
FUNCEME	Sistema de Previsão Climática fortalecido.	1	Informações do Sistema de Previsão Climática disponíveis ao público.
		2	Previsão de afluência da água para os reservatórios estratégicos do Estado gerada duas vezes ao mês, no período de dezembro a abril, com base em dois modelos climáticos globais (ECHAM e CAM).
COGERH	Melhoria das condições de segurança das barragens Banabuiú e Gavião.	3	Painel de especialistas em segurança de barragens contratado.
CAGECE	Proposta de revisão da estrutura tarifária.	4	Estudo para revisão da estrutura tarifária da água contratado.
		5	Proposta de revisão da estrutura tarifária da água finalizada.
		6	Estudo de revisão da estrutura tarifária da água aprovado pela Diretoria da CAGECE.
		7	Proposta de revisão da estrutura tarifária da água apresentada e aprovada pelas agências regulatórias.
CAGECE	Número de Distritos de Medição e Controle criados em Fortaleza.	8	09 DMC's
		9	18 DMC's
		10	44 DMC's
SEPLAG	Sistema GIP implementado e em operação: SEPLAG.	11	Sistema 100% implementado e disponível a todos os usuários.
		12	10% dos novos Projetos da SDA analisados através do sistema
		13	20% dos novos Projetos de recursos hídricos analisados através do sistema.
TCE	Porcentagem de obras públicas monitoradas	14	Sistema de monitoramento de obras desenvolvido e operacional, com drone e sala de situação interconectados.
		15	70% das obras do Projeto monitoradas. 50% das grandes obras do Estado (acima de R\$50 milhões) monitorados.
		16	Meta final: 100% das obras do Projeto monitoradas. 80% das grandes obras do Estado (acima de R\$50 milhões) monitorados.
IPECE	Grupo dedicado criado no IPECE para fornecer suporte técnico.	17	Grupo criado dentro da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.
		18	Estudo inter e intra-setorial de demanda utilizando o modelo de entrada e saída (input output) finalizado
		19	Meta final: Estudo inter- e intra-setorial de demanda utilizando o modelo de entrada e saída (input output) finalizado.
CGE	Índice médio de avaliação de contratos desenvolvido.	20	Metodologia de cálculo definida, incluindo critérios de avaliação a serem determinados pelas instituições que usarão o sistema juntamente com a empresa contratada.
COGERH	Porcentagem de usuários estratégicos da água regularizados: COGERH.	21	Meta final: 80%
COGERH	Porcentagem de usuários registrados que possuem macromedição	22	Meta final: 75%

Fonte: UGP/IPECE.

Wagner Rios (UGP/IPECE): Esclareceu que algumas metas ainda não cumpridas poderiam ser alcançadas até o final do ano. Uma delas, relacionada à COGERH, envolve a instrumentação, compreendendo análise periódica e estudos complementares previstos no plano de segurança, cuja contratação estava prevista para o corrente ano. A segunda parte da meta refere-se à conclusão da base de dados da instrumentação, inicialmente prevista para outubro, mas que apresentava atraso.

Wagner Rios (UGP/IPECE): Informou que a consultoria da ARCE, responsável pelo controle patrimonial e pela elaboração do manual correspondente, já havia concluído e entregue o produto ao conselho da instituição. Ressaltou, entretanto, que para que o indicador fosse considerado cumprido não bastava a entrega do produto, sendo necessária a publicação da resolução correspondente. Destacou que a previsão era de que essa publicação ocorresse ainda neste semestre, o que permitirá a validação do indicador. Ademais, registrou que a segunda parte da meta refere-se à conclusão da base de dados de instrumentação até o final do ano, inicialmente prevista para outubro, mas atualmente em atraso.

Quadro 12: Metas a Cumprir 2025.

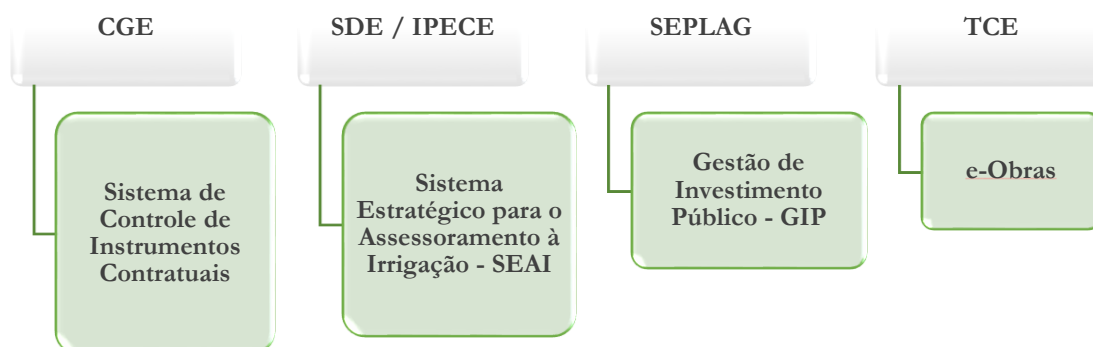
SETORIAL	INDICADOR	METAS (INTERMEDIÁRIAS E FINAL)
COGERH	Melhoria das condições de segurança das barragens Banabuiú e Gavião.	Meta Intermediária 02: Análise Periódica de Segurança da Barragem do Gavião e Estudos Complementares para a Barragem do Banabuiú contratados. Base de dados para armazenamento de dados de instrumentação das barragens operadas pela COGERH, incluindo alertas automatizados, desenvolvida.
ARCE	Resolução para regulação do controle patrimonial dos ativos de água e saneamento publicada.	Meta Final: Resolução Publicada. (Previsão de cumprimento em 06/2025).

Fonte: UGP/IPECE.

Wagner Rios (UGP/IPECE): Sobre o indicador “Melhoria das condições de segurança das barragens Banabuiú e Gavião” comentou que a COGERH está no processo de contratação da empresa que fará os Planos de Segurança de Barragens.

Wagner Rios (UGP/IPECE): Sobre o Indicador “Resolução para regulação do controle patrimonial dos ativos de água e saneamento publicada” informou que o manual já foi finalizado e a consulta pública também.

VII. SISTEMAS DESENVOLVIDOS



Alice Menezes (UGP/IPECE): Informou que foram apresentados os quatro sistemas implementados e desenvolvidos com recursos do acordo de empréstimo, porém não houve participação de nenhuma setorial na reunião para realizar a devida explanação.

VIII. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DAS ATIVIDADES

Quadro 13: Apresentação dos Resultados.

SETORIAL	ATIVIDADE	FORNECEDOR	APRESENTAÇÃO
TCE	Sistema de monitoramento de obras (e-Obras).	-	OK
CAGECE	Elaboração de Estudo de Mercado e da Estrutura Tarifária da Concessionária para os Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.	CTR 201/2021 - QUANTUM DO BRASIL LTDA	OK
FUNCEME	Monitoramento Utilizando Técnicas de Modelagem Hidrológica e de Sensoriamento Remoto dos Pequenos Açudes Visando sua Incorporação na Estimativa de Aporte aos Reservatórios Estratégicos do Estado.	14/2021 - UP TRANSFER GMBH AT THE UNIVERSITY OF POTSDAM	OK

ARCE	Modernização da Gestão e da Atividade Regulatória da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará.	04/ARCE/2023 - DELOITTE TOUCHE TOHMATSU CONSULTORES LTDA	OK
IPECE	Consultoria para Desenvolvimento de Metodologia do Cálculo do PIB do Agronegócio e do PIB da Agricultura Familiar do Estado do Ceará e Uso de Instrumentos de Análise de Impactos Econômicos com Enfoque nos Recursos Hídricos do Estado do Ceará.	08/2022 - QUADRANTE CONSULTORIA ECONÔMICA LTDA.	OK
FUNCEME SDE	Levantamento Cadastral de Produtores Rurais, Determinação de Indicadores Socioeconômicos e Estimativa de Demandas Hídricas do Setor Agropecuário nas Bacias do Baixo, Médio e Alto Jaguaribe, Banabuiú e Salgado no Estado do Ceará.	12/2022 - 3V3 TECNOLOGIA LTDA.	OK
IPECE SDE	Consultoria para Implementação e Implantação do Sistema Estratégico para o Assessoramento à Irrigação - SEAI do Programa de Eficiência do Uso da Água no Setor Agropecuário para Cinco Bacias do Estado do Ceará (Alto, Médio e Baixo Jaguaribe, Banabuiú e Salgado).	12/2022 - 3V3 TECNOLOGIA LTDA.	
COGERH	Prestação de Serviços de Consultoria, Contemplando as Ações de Regularização de Recursos Hídricos para as 12 (doze) Bacias Hidrográficas do Estado do Ceará.	066/2022/COGERH - CONSÓRCIO HYDROS ENGENHARIA LTDA / REGEA GEOLOGIA, ENGENHARIA E ESTUDOS AMBIENTAIS LTDA / IRRIGART ENGENHARIA E CONSULTORIA EM RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE LTDA.	OK
IPECE	Sistema de Contas Econômicas Ambientais da Água Utilizando Tabela de Recursos e Usos e Matriz de Insumo Produto.	06/2024 - ROGÉRIO BARBOSA SOARES	OK
CAGECE	Consultoria Especializada para Implantação de Melhorias nos Processos de Gestão de Empreendimentos da CAGECE.	0098/2023 - CONSÓRCIO MELHORIAS DE GESTÃO FALCONI CONSULTORES S.A E EFFICO SANEAMENTO LTDA	OK
ARCE	Elaboração de Manual de Controle Patrimonial Destinado aos Setores de Distribuição de Gás Canalizado, de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, no Âmbito do Estado do Ceará.	0007/2023/ARCE - KROLL BRASIL LTDA	OUTUBRO 2025
SEPLAG	Consultoria para Desenvolvimento e Implantação do Sistema de Gestão de Investimento Público (GIP) do Poder Executivo do Estado do Ceará.	018/2022 - CONSÓRCIO MTC: MACROPLAN: PROSPECTIVA, ESTRATÉGIA E GESTÃO S/S LTDA. / TRANSPLAN: PLANEJAMENTO E PROJETOS S.A. / J C M FREITAS:SERVIÇOS DE INFORMÁTICA (CHERRY IT)	DEZEMBRO 2025
CGE	Consultoria para o Desenvolvimento e Implantação do Sistema de Controle de Instrumentos Contratuais do Poder Executivo do Estado do Ceará.	07/2022 - CONSÓRCIO: CONFIDERE INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA. E CANIX SOLUÇÕES E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA.	FEVEREIRO 2026

Fonte: UGP/IPECE.

Alice Menezes (UGP/IPECE): Passou a palavra para CAGECE que apresentou os resultados do contrato “Consultoria Especializada para Implantação de Melhorias nos Processos de Gestão de Empreendimentos da CAGECE.” para os membros do Comitê.

Abigail Lino: Iniciou a sua apresentação Power Point, disponível no link:

https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2025/08/Apresentacao_Cagece_Gestao_Empreendimentos_Grupo_Gestor_M_D_Agua.pdf

Alice Menezes (UGP/IPECE): Informou que para a próxima reunião do Comitê está programada a apresentação da ARCE.

PRÓXIMA REUNIÃO DO COMITÊ IPF

Alice Menezes (UGP/IPECE): A próxima reunião do Comitê será realizada no dia 30 de outubro de 2025 no formato presencial.

IX. ENCERRAMENTO

Alice Menezes (UGP/IPECE): Finalizou a reunião, agradecendo o apoio, disponibilidade e presença na reunião do Comitê.

X. ANEXOS E APÊNDICES

Apêndice 1 - Gráfico - Sumário de Acompanhamento das Participações nas Reuniões.

Gráfico da Participação por Setorial nas Reuniões do Comitê Intersectorial de Segurança Hídrica e Governança de Janeiro/2020 a Agosto/2025

